

Contributo para a Apreciação Pública do Proposta Lei Nº 254/XII

Diploma:	Proposta Lei
N.º:	254/XII
Identificação do sujeito ou entidade:	STML - Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa
Morada ou Sede:	Rua de São Lázaro, 66 - 1º
Local:	Lisboa
Código Postal:	1150-333 Lisboa
Endereço Eletrónico:	stml@stml.pt
Texto do Contributo:	O Sindicato dos trabalhadores do Município de Lisboa - STML, subscreve na íntegra o Parecer da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública sobre a Proposta de Lei 254/XII
Data:	05-11-2014 16:11:29

PROPOSTA DE LEI Nº 254/XII

Aprova o Orçamento do Estado para 2015 *(Separata nº 65, DAR, de 17 de Outubro)*

A proposta de Orçamento do Estado para 2015 representa, para os trabalhadores da Administração Pública, a continuidade das medidas de empobrecimento, de despedimentos, de roubos salariais e de destruição de serviços públicos. Tais medidas, a concretizarem-se, são um ataque não só a estes trabalhadores mas a toda a população, por via da degradação e encerramento de serviços públicos, aumentando brutalmente os custos para o acesso dos cidadãos aos serviços de saúde, educação, segurança social, justiça e demais serviços públicos.

Se é verdade que as políticas do Governo PSD e CDS-PP, com ou sem troika estrangeira deixaram o país com números de desemprego nunca antes atingidos, particularmente na Administração Pública que já perdeu 195.000 postos de trabalho desde 2005, centenas de serviços encerrados por todo o país, é verdade que este Governo não tem qualquer intenção de parar o ataque a estes trabalhadores.

Entre 31.12.2011 e Junho de 2014, o número de trabalhadores das Administradores Públicas, devido às aposentações, rescisões e despedimentos, associados à proibição de contratações, diminuiu em 59.607, o que corresponde a uma redução de postos de trabalho efectivos de 9,7%; ou seja, uma média de 3,88% por ano, portanto superior em 94% ao constante do “memorando da troika” que era de 2% ao ano, valores a que acrescem cerca de 70.000 despedimentos de trabalhadores contratados a termo ou a recibos verdes.

Também desde 2011, e com a previsão de mais roubos salariais por via da Lei n.º 75/2014, o Governo arrecada com o congelamento dos salários 1.700 milhões de euros; com os sucessivos cortes salariais, 4.400 milhões de euros; com o roubo dos subsídios em 2012, 1.200 milhões de euros; com o trabalho gratuito de milhares de trabalhadores por via do aumento do horário de trabalho das 35 para as 40 horas o Governo, 1.486 milhões de euros, montantes que são dos trabalhadores e que a Frente Comum exige que lhes sejam devolvidos, na totalidade.

O Governo, contrariamente às promessas feitas, continua a política de cortes salariais, em 2015 nos salários acima dos 1500,00€ e não vai devolver o que roubou. O que o Governo pretende fazer é pagar aos trabalhadores apenas 20% do que cortou no seu vencimento, continuar a pagar o subsídio de Natal em duodécimos, manter o congelamento do subsidio de refeição, manter a redução do valor do trabalho extraordinário, manter o congelamento de carreiras e progressão nas carreiras e o aumento do tempo de trabalho e não pagar quaisquer aumentos salariais.

Também as pensões estão congeladas desde 2010. A proposta orçamental apenas prevê o aumento de 1% nas pensões mínimas dos 1º e 2º escalões, ou seja, nas pensões até 274,00€ por mês. Os aposentados da Administração Pública não só mantêm pensões de miséria, como continuam a pagam 3,5% para a ADSE (contribuição que em 2013 registou um aumento de 133% por aposentado, sendo que este subsistema é já integralmente financiado pelas contribuições dos trabalhadores e aposentados da Administração Pública).

A proposta orçamental prevê ainda uma redução da despesa de 313 milhões de euros com a redução de efectivos por aposentação, com programas de rescisões por mútuo acordo e com a utilização da “requalificação”, traduzindo-se pois na eliminação de cerca de 15000 postos de trabalho, ou seja: o despedimento de mais cerca de 15000 trabalhadores da Administração Pública.

No que respeita à segurança social, mantém-se a pressão sobre os reformados e pensionistas com a persistência da Contribuição Extraordinária de Solidariedade (embora com um âmbito de aplicação mais reduzido), o pagamento em duodécimos do 13º mês a todos os pensionistas, o congelamento do valor nominal de todas as pensões, à excepção das pensões mínimas, e a suspensão do pagamento dos complementos de pensão aos pensionistas e reformados de empresas do Sector Empresarial do Estado com resultados líquidos negativos nos últimos 3 anos.

Por outro lado, o valor do IAS e outras prestações sociais continua a não ser actualizado, o que determina a contínua deterioração destes valores com efeitos devastadores nos níveis de pobreza e exclusão social que têm vindo a subir assustadoramente. Simultaneamente, está prevista a criação de “um tecto global para as prestações sociais não contributivas substitutivas de rendimentos do trabalho”, cujos contornos concretos ainda não são conhecidos (a medida não está legislada na Proposta, mas apenas referida no Relatório que a acompanha), mas trata-se indubitavelmente de uma medida direccionada especialmente para as

camadas económica e socialmente mais desfavorecidas da população, estigmatizante destes grupos sociais e susceptível de dar um novo contributo para o agravamento da pobreza e da exclusão social em Portugal.

Os cortes na despesa social são igualmente aprofundados, registando-se nova diminuição das transferências para o cumprimento da Lei de bases da Segurança Social e grande quebra da despesa prevista para a generalidade das prestações. Especialmente penalizado será o sector da educação, com uma redução brutal sobretudo na dotação para o ensino básico e secundário.

Finalmente, há a assinalar a manutenção da sobretaxa de IRS, que representa uma parte substancial da enorme carga fiscal que reduz, de modo insustentável, o rendimento disponível das famílias, com consequências negativas evidentes na evolução do consumo interno, cuja redução está a contribuir decisivamente para deprimir a economia.

Assim, com base em projecções que não são realistas – basta atentar à evolução do PIB e do défice no 1º semestre (respectivamente 0,9% e 6,5% para uma meta anunciada de 1.2% e 4% para 2014); à execução orçamental dos primeiros oito meses do ano; à dívida pública a crescer e acima dos 134%, ao crescimento das importações de bens e serviços que é mais do dobro do ritmo do das exportações – e cuja realidade demonstra como é falso o discurso do Governo quanto aos resultados das suas políticas, a proposta de Orçamento é uma proposta de mais austeridade e de mais sacrifícios para os trabalhadores e para as camadas populares.

Por tudo o que se vem de expor, a FCSAP entende que:

- **O cumprimento da Constituição da República Portuguesa e a defesa dos direitos dos cidadãos não é compatível com a presente proposta de Orçamento que, a ser aprovada, significará mais roubos aos trabalhadores e aposentados da Administração Pública e constituirá um grave golpe na democracia, nos direitos e na dignidade da generalidade da população portuguesa com particular incidência na classe trabalhadora.**